



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

**LEI Nº 6.084, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022.**

**INSTITUI** a Política Estadual de Atendimento à Gestante, no âmbito do Estado do Amazonas, e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito do Estado do Amazonas, a Política Estadual de Atendimento à Gestante.

**Art. 2º** A instituição da Política Estadual de Atendimento à Gestante tem como objetivo assegurar o direito à assistência, à saúde, ao parto de qualidade e à maternidade saudável, atendidos os seguintes princípios:

- I** – o respeito à dignidade humana da gestante;
- II** – a autonomia da vontade das gestantes e de sua família;
- III** – a humanização na atenção obstétrica;
- IV** – a transparência da equipe de saúde, fornecendo à gestante todas as informações necessárias a respeito da gestação, das diversas formas de parto e da amamentação;
- V** – a obrigatoriedade da intervenção estatal, no sentido de assegurar que todas as cautelas sejam tomadas para o bem-estar da gestante;
- VI** – a preferência pela utilização dos métodos menos invasivos e mais naturais;
- VII** – a atenção especial às gestantes em situação de vulnerabilidade social, inclusive em situação de violência doméstica;
- VIII** – a educação e a informação das gestantes quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria da assistência obstétrica;
- IX** – a coibição e a repressão, eficientes, a todas as formas de arbitrariedade que venham a ser praticadas contra as gestantes.

**Art. 3º** São direitos básicos das gestantes e deveres do Estado:

- I** – a proteção da saúde, entendida como desfrute o mais alto nível de bem-estar físico, psíquico e social;
- II** – a realização de consultas médicas periódicas;
- III** – a realização de exames laboratoriais periódicos;
- IV** – a prestação de auxílios psicológico e assistencial;
- V** – a presença de um acompanhante em todos os procedimentos médicos e laboratoriais, relacionados à gestação e ao parto;
- VI** – a elaboração de plano individual de parto;
- VII** – a efetiva prevenção e reparação de danos causados ao bem-estar das gestantes e de suas famílias;



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

**VIII** – o fornecimento de informações à gestante, assim como ao pai, familiares ou responsáveis legais, sempre que possível, dos métodos e procedimentos mais adequados;

**IX** – a facilitação da defesa de seus direitos, assegurando-se o pleno acesso aos órgãos judiciais e administrativos.

**Art. 4º** A Secretaria de Estado de Saúde publicará, periodicamente, protocolos descrevendo as rotinas e procedimentos de assistência à gestante, descritos de modo conciso, claro e objetivo, bem como dados estatísticos atualizados sobre as modalidades de parto e os procedimentos adotados por opção da gestante.

**Art. 5º** As gestantes, parturientes ou puérperas serão informadas dos seus direitos e deveres pelas Unidades de Saúde que lhes prestarem assistência.

**Art. 6º** As ações destinadas a viabilizar o pleno exercício dos direitos de que trata a Política Estadual de Atendimento à Gestante constarão da regulamentação desta Lei, a ser elaborada pela Secretaria de Estado de Saúde, que poderá solicitar a colaboração de órgãos congêneres dos municípios do Estado.

**Parágrafo único.** As ações que tornarão exequível a regulamentação de que trata o *caput* deste artigo, pela Secretaria de Estado de Saúde, sempre que possível, serão precedidas de audiências públicas que contarão com a participação de entidades da sociedade civil especializadas no assunto.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento do Poder Executivo para a Secretaria de Estado de Saúde.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.